

## DISCURSO DE ALÍCIA BÁRCENA

Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
na Cerimônia de abertura do trigésimo terceiro período de sessões da Comissão  
Brasília, 30 de maio de 2010

Excelentíssimo Senhor Embaixador Pedro Carneiro de Mendoza, Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil  
Estimados Chefes de delegação dos Estados membros da CEPAL  
Senhor Enrique Iglesias, Secretário Geral da Secretaria Geral Ibero-americana  
Senhor José Miguel Insulza, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos  
Senhor Heraldo Muñoz, Administrador Auxiliar e Diretor Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)  
Senhores e senhoras representantes dos organismos internacionais  
Senhores e senhoras representantes das organizações não governamentais  
Autoridades nacionais  
Membros do corpo diplomático  
Estimados Gert Rosenthal, José Antonio Ocampo e José Luis Machinea, ex- secretários executivos da CEPAL que, como já é tradição, nos acompanham nesta ocasião, juntamente com Enrique Iglesias.  
Estimado Antonio Prado, Secretário Executivo Adjunto da CEPAL  
Queridos e queridas colegas da CEPAL  
Amigos e amigas

Início minhas palavras com um grande agradecimento ao Brasil. Obrigada pelo apoio para a realização deste período de sessões, a reunião mais importante do ciclo bienal de atividades da CEPAL. Reunirmo-nos nesta esplêndida cidade de Brasília, nascida do gênio de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, mas, acima de tudo, filha da liderança de Juscelino Kubitschek; uma cidade que ao cumprir recentemente 50 anos faz renascer o melhor símbolo da capacidade humana de proporem-se metas ambiciosas, alcançá-las e, principalmente, de manter o rumo a partir de novas estruturas.

Quero agradecer a todas as delegações que se fizeram presentes nesta ocasião, dado que sua participação é essencial para nós. Os senhores são os dirigentes e este é o momento em que a Secretaria necessita e deseja escutar sua voz.

Como muitos dos senhores sabem, o período de sessões é a instância intergovernamental mais importante para a orientação do trabalho da Comissão. Esta é a ocasião em que nossos Estados membros têm a oportunidade de conhecer o trabalho realizado nos últimos anos e definir, mediante a aprovação do programa de trabalho e do calendário de conferências, os mandatos que servirão de guia para as futuras atividades da Comissão. Esta é também a oportunidade para que se reúna, como é tradicional, o Comitê de Cooperação Sul-Sul.

Estimados amigos e estimadas amigas

Em 2008 encerrou-se uma etapa de cinco anos de expansão econômica da América Latina e do Caribe, sem precedentes nos últimos 40 anos. Nos países não somente se registrou um crescimento econômico constante e uma diminuição dos níveis de pobreza, como também uma melhora de alguns aspectos significativos da gestão macroeconômica e uma redução da vulnerabilidade externa.

No primeiro semestre de 2008 a Região se viu golpeada pelo aumento dos preços mundiais de energia e dos alimentos, que anulou alguns dos benefícios alcançados nos últimos anos, como a melhora dos termos de intercâmbio de distintos países, e afetou seriamente os setores mais pobres da Região.

Mais tarde, o colapso do setor financeiro nos países industrializados, que se expandiu rapidamente a todo o mundo através dos canais da economia real, provocou a pior crise econômica internacional em mais de meio século, com graves consequências para a América Latina e o Caribe. Ainda que a maioria dos países da Região estivesse mais bem preparada para enfrentar as consequências adversas do agravamento econômico, graças às sólidas práticas de política implementadas em anos anteriores que se traduziram no aumento das reservas de divisas, os superávits fiscais e a redução da dívida, não foram imunes aos choques externos nem aos efeitos de contágio que se transmitiram através da drástica redução dos fluxos de comércio e investimento e a rápida deterioração das condições de financiamento nos mercados internacionais.

Como resultado, a Região teve um crescimento negativo em 2009 e o México e a América Central pagaram os custos mais elevados por causa de sua interdependência e seus fortes vínculos com a economia dos Estados Unidos. Os efeitos da crise também se fizeram sentir nos indicadores sociais, já que o número de pessoas pobres aumentou aproximadamente nove milhões em 2009, ao tempo em que as condições de emprego pioraram e a informalidade cresceu, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, como os pobres, as mulheres e os jovens. No final de 2009, diversos indícios de recuperação permitiram alentar a esperança de que o crescimento econômico retornaria em 2010, mas as persistentes condições de vulnerabilidade da economia mundial, cujas notícias chegam a partir da Europa, acendem preocupantes luzes de alerta. Assim como em crises anteriores, prevê-se que a recuperação dos setores sociais leve mais tempo do que a dos setores econômicos e que o retorno dos níveis de pobreza prévios à crise requeira o dobro de esforço.

Nesta conjuntura a CEPAL reagiu com rapidez propondo medidas contracíclicas para reduzir o impacto da crise, assegurar as fontes de emprego e, sobretudo, redefinir o papel do Estado para ajustar-se à normalidade que, segundo se prevê, prevalecerá logo depois de superada a crise. Além disso, reimpulsionamos o debate sobre a reforma da arquitetura financeira internacional, questão que a CEPAL propôs logo de início antes da crise asiática.

Estas ideias e propostas de política se refletiram em diversos estudos e publicações, entre os quais quero destacar o documento intitulado *La reacción de los gobiernos de las Américas frente a la crisis internacional: una presentación sintética de las medidas de política*, que foi periodicamente atualizado e que gozou da atenção preferente de importantes encontros da Região e de fora dela.

A pesar das urgências geradas pela crise, mantivemos nossa atenção em vários temas, como o financiamento para o desenvolvimento (monitoramento do Consenso de Monterrey), a crise alimentar e energética, a economia do conhecimento, a coesão social, a integração e o desenvolvimento e a mudança climática. De igual maneira, despendemos um importante esforço para apoiar o desenho e a formulação de políticas públicas setoriais e catalisar o debate em torno delas mediante publicações emblemáticas como o *Balanzo preliminar das economias da América Latina e do Caribe*, o *Panorama social da América Latina*, o *Estudo econômico da América Latina e Caribe*, o *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe* y la *Inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*, assim como por meio da organização de fóruns, *workshops*, seminários e reuniões de especialistas, além de nossa participação e apoio em várias cúpulas regionais, como a Cúpula das Américas, a União das Nações Sul-americanas (UNASUR) e as Cúpulas da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento celebradas na Bahia e em Cancun.

Por último, devo destacar nossa liderança na coordenação dos trabalhos de fundos, programas e organismos especializados do sistema das Nações Unidas com presença na Região, mediante atividades como a reunião do Mecanismo de coordenação regional, organizada em 2008 com o propósito de fortalecer a coesão e a sinergia no trabalho da organização, em que foram apresentadas as publicações *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, *La progresión hacia el derecho a la salud en América Latina y*

*el Caribe y Objetivos de Desarrollo del Milenio: avances en la sostenibilidad ambiental del desarrollo en América Latina y el Caribe*, assim como a análise do impacto da crise financeira na Região.

Senhores delegados e senhoras delegadas

A crise colocou em evidência os déficits estruturais que continuam obstaculizando o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe e sugeriu interrogantes sobre sua capacidade para enfrentar os problemas mais prementes e as novas realidades da agenda de desenvolvimento sustentável em longo prazo.

Preocupa-nos a capacidade de nossos países em fazer frente ao novo cenário internacional. Já se sabe que, muito provavelmente, este se caracterizará por um crescimento mais lento da economia global e menores níveis de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, a redução dos fluxos de comércio mundial depois da aparição de novos obstáculos para este setor, um acesso mais restringido e seletivo a mercados financeiros internacionais, que serão menos florescentes, e novas dinâmicas de mercado de trabalho, sobretudo uma possível recuperação sem maior criação de emprego.

Deste modo, nossos países demonstraram uma limitada capacidade de mitigar os efeitos da deterioração econômica, seja mediante a aplicação de políticas contracíclicas ou a melhora do acesso ao financiamento nos mercados financeiros nacionais e internacionais, o que colocou em evidência a debilidade de suas estruturas. Em termos de competitividade, os atrasos em matéria de inovação e produtividade ainda representam um obstáculo fundamental para o êxito das estratégias de crescimento econômico com igualdade. A debilidade das mudanças estruturais, uma escassa diversificação da produção e um limitado desenvolvimento do setor tecnológico e dos setores que fazem uso mais intensivo do conhecimento, tornarão a Região vulnerável ao constante atraso com relação ao resto do mundo e à ampliação das brechas de produtividade com outras regiões.

É necessário avançar muito para aumentar a competitividade em áreas tão importantes como a infraestrutura, a logística e a facilitação do comércio, reduzir as assimetrias entre os setores produtivos e aproveitar as novas oportunidades nas cadeias de valor mundiais, bem como promover laços comerciais e de investimento mais estreitos com novos sócios, como a região da Ásia e do Pacífico. A criação de emprego de qualidade deve complementar-se com políticas sociais que melhorem o acesso à educação e os serviços sociais e sua qualidade a fim de reduzir as desigualdades, promover o desenvolvimento humano, aumentar a produtividade e brindar uma resposta direta às distintas necessidades sociais e econômicas, ao tempo em que se reforça a igualdade e a coesão social e o respeito pelos direitos humanos.

Outros problemas estruturais persistentes, como a pobreza e sua transmissão de geração a geração, a desigualdade em matéria de renda, os sistemas tributários regressivos, os efeitos da rápida mudança demográfica e a segurança cidadã, por mencionar alguns, sugerem necessidades adicionais de gasto público social, reformas sociais e uma agenda de desenvolvimento compartilhada por todos os atores da sociedade. Os desafios mais recentes em nível mundial, como a mudança climática e a necessidade de desenvolver economias com menores emissões de carbono, exigem a urgente formulação e implementação de novas estratégias para fomentar a adaptação, a mitigação e a redução do risco, aumentar a eficiência energética e impulsionar uma ampla utilização de energias renováveis.

Requerem-se também maiores esforços de colaboração e integração entre os países da Região para enfrentar os desafios globais comuns com uma perspectiva regional e em um marco multilateral. O desenho e a implementação de estratégias de desenvolvimento no contexto posterior à crise supõem um enfoque completamente novo da governança e de desenvolvimento em longo prazo, renovadas práticas de gestão pública e novas formas de colaboração entre os governos, o setor privado e a sociedade civil.

É necessário realizar uma profunda análise do papel das instituições e da regulação dos mercados e redefinir igualmente o papel do Estado para gerar as condições adequadas que levem à Região em direção a um novo caminho de desenvolvimento sustentável com igualdade.

Baseados nestas preocupações elaboramos nosso programa de trabalho, que na sessão seguinte terão oportunidade de examinar e que, com o apoio dos senhores, executaremos no próximo biênio.

Amigos e amigas

Hoje nos reunimos no Brasil, alentados por uma prudente ambição. Pensamos que é esta, e não outra, a hora da igualdade, a hora de olhar de frente nossas debilidades e fortalezas e, a partir da experiência acumulada em décadas gloriosas, em décadas perdidas ou em anos de dolorosa aprendizagem, tomar a decisão de selar brechas centenárias e abrir caminhos para que nossos cidadãos no somente tenham direito a um futuro melhor, bem como, por fim, conquistem um direito ao presente.

Por que fazemos nosso o valor da igualdade na atual inflexão histórica?

As respostas são várias: alguns enterram suas raízes nas origens de nossas nações, outras se projetam em direção ao futuro.

Com efeito, a desigualdade recorre cinco séculos de discriminação racial, étnica e de gênero, com cidadãos de primeira e segunda categoria e a pior distribuição de renda do mundo. Volta a nos golpear em décadas recentes com a exacerbação da heterogeneidade das oportunidades produtivas da sociedade, a deterioração do mundo do trabalho e o segmentado acesso à proteção social, e voltamos a reconhecê-la nas assimetrias frente à globalização.

Entretanto, quanto mais a desigualdade recorre nossa Região, mais intenso é o desejo de igualdade, sobretudo quando a história se quebra na sua continuidade, o mundo entra em crise e o futuro reclama um ponto de inflexão. Deste modo, a crise iniciada em 2008 em escala global é um momento em que a igualdade aparece novamente como valor intrínseco de desenvolvimento que procuramos. Ao confrontar as brechas, a sociedade migra do individual ao coletivo e procura suturar as feridas da desigualdade esboçando o fio da coesão social.

A agenda de igualdade que vimos propor a nossos governos se afirma nos seguintes pilares:

A igualdade de direitos, que brinde o marco normativo e a base para formar pactos sociais que se traduzam em mais oportunidade para aqueles que menos têm.

Um pacto social que procure uma estrutura e uma carga tributária com maior impacto redistributivo, capaz de fortalecer o papel do Estado e a política pública para garantir patamares de bem-estar, assim como uma institucionalidade laboral que proteja a segurança do trabalho.

Uma ordem democrática em que a orientação do desenvolvimento traduza a vontade da maioria e torne possível a participação de todos os atores, e um conjunto de políticas econômicas que se apliquem com visão de longo prazo no âmbito produtivo, laboral, territorial e social e que procurem não somente a igualdade de oportunidades, como também a redução das brechas em matéria de conquistas efetivas.

A igualdade social e o dinamismo econômico não estão competindo entre si e o grande desafio é encontrar as sinergias entre ambos. O que sugerimos é que há de crescer para igualar e igualar para crescer. No horizonte estratégico de longo prazo, igualdade, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental têm que vir juntos.

Por isso propomos crescer com menos heterogeneidade estrutural e mais desenvolvimento produtivo e igualar potenciando capacidades humanas e mobilizando energias a começar pelo Estado. Propomos corrigir as tremendas disparidades espaciais mediante sociedades mais integradas em torno de dinâmicas produtivas, com sinergias sociais e territoriais positivas. Propomos também fortalecer a proteção das pessoas melhorando tanto os mercados laborais como as transferências e a gestão públicas.

Por último, considerando-se o valor da igualdade e a maneira com que se conjuga com o crescimento, não se pode deixar de lado a mudança climática, um fator que determina marcadamente o futuro de todos. Igualdade significa, neste sentido, solidariedade com as gerações vindouras que viverão num cenário mais incerto e com maior escassez de recursos naturais. Significa, além disso, advogar pela celebração de acordos internacionais para mitigar os efeitos da mudança climática de tal modo que se respeite o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e que não sejam os pobres nem os países pobres os que terminem assumindo os maiores custos desta mudança. Significa pensar no paradigma do desenvolvimento em função de um vínculo mais humanizado entre todos e um vínculo mais amável com a natureza.

No âmbito político, o Estado tem um papel preponderante ao qual não pode renunciar. Trata-se de velar por mais democracia e mais igualdade, duas caras da moeda da política. Com respeito à democracia, o Estado deve procurar melhorar a qualidade da política em seus procedimentos, promover agendas estratégicas que reflitam a deliberação de um amplo espectro de atores e velar para que a vontade popular se traduza em pactos que brindem legitimidade política e garantam políticas em médio e longo prazo. Em matéria de igualdade o Estado deve ocupar-se em incrementar a participação dos setores excluídos e vulneráveis nos benefícios do crescimento. O exercício pleno dos direitos e de uma voz pública constitui o vínculo entre a política e a igualdade social.

É preciso contar com políticas de Estado que contribuam para dinamizar o crescimento, promover a produtividade, fomentar uma maior articulação territorial, impulsionar melhores condições de emprego e de institucionalidade laboral e prover bens públicos e proteção social com clara vocação universalista e redistributiva. A estes desafios, complexos e cujo alcance consome tempo, se une a presente proposta. Requerem um árduo trabalho técnico, de construção de pactos sociais e de financiamento para o desenvolvimento. Respondem a um triplo desafio: impulsionar as economias da Região em áreas de desenvolvimento, enfrentar a crise e sua inflexão histórica com novos instrumentos de políticas e saldar a secular dívida de desigualdade e exclusão social da Região. Por isso, a tarefa urgente é reformar o sistema tributário e de transferências, a fim de gerar uma maior capacidade fiscal e colocar a solidariedade social no centro da vida coletiva.

Estimados delegados e estimadas delegadas

Como dizia Celso Furtado em sua *Fantasia Organizada*, há momentos na história em que a sociedade deve ser capaz de tomar consciência “das opções que tem diante de si, aprendendo que o destino também depende delas”.

Amigos e amigas

Se a cidade de Brasília é uma metáfora das políticas públicas aplicadas com decisão e de uma realista ambição, e se estamos convencidos de que é esta, e não outra, a hora da igualdade, não temos outro destino que não seja converter-nos nos novos candangos da igualdade e com isso cumprir nosso mandato e contribuir para uma América Latina e um Caribe com um presente e um futuro melhor para todos.

Muito obrigada.